



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECRETO Nº 1328/2022

**APROVA INSTRUÇÃO NORMATIVA, PROPOSTA PELA
SECRETARIA DE FAZENDA DE SANTA MARIA DE
JETIBÁ.**

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando a CI/PMSMJ/CONTROLADORIA GERAL Nº 065/2022, protocolizada em 17/10/2022, sob o nº 009697/2022;
- considerando a Resolução 227/11 e alterações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- considerando que o Controle Interno previsto no art. 2º, incisos I a XLI da Lei Municipal 1464/2012 deve ser regido por normas de procedimentos específicos para execução das atividades setoriais;
- considerando finalmente o disposto nos art.53, 56, incisos I, IV, Art.72, incisos VI, XXIV, XL da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a Instrução Normativa da Secretaria de Fazenda, fazendo parte deste decreto:

**INSTRUÇÃO NORMATIVA SISTEMA FINANCEIRO - SFI – 002/2020 – VERSÃO 02 -
“Ordem Cronológica de Pagamentos das Obrigações Financeiras do Município de
Santa Maria de Jetibá - ES”.**

Art. 2º. Revoga-se disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 24 de Outubro de 2022.


HILÁRIO ROEPKE
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE FAZENDA
INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI - 002/2020
VERSÃO - 02

“Ordem Cronológica de Pagamentos das Obrigações Financeiras do Município de Santa Maria de Jetibá - ES”.

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE

Art. 1º. Esta Instrução Normativa tem por finalidade disciplinar as rotinas e procedimentos para cumprir a observância da Ordem Cronológica de Pagamentos das Obrigações Financeiras relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, no Município de Santa Maria de Jetibá - ES.

CAPÍTULO II
DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º. A presente Instrução Normativa abrange todas as Unidades da Estrutura Organizacional, das Administrações Direta e Indireta, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Santa Maria de Jetibá - ES.

CAPÍTULO III
DA BASE LEGAL

Art. 3º. A presente Instrução Normativa Integra um conjunto de ações, de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo Municipal, no sentido de disciplinar as rotinas e procedimentos para cumprir a observância da Ordem Cronológica de Pagamentos das obrigações financeiras relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, sobre o qual dispõem:

- I. Artigo 5º da Lei nº 8.666/1993;
- II. Lei nº 10.520/2002;
- III. Lei nº 4.320/1964.

CAPÍTULO IV
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 4º. São responsabilidades da Secretaria de Fazenda como unidade responsável pela Instrução Normativa:

- I. Promover a divulgação e implementação desta Instrução Normativa, mantendo-a atualizada e supervisionando sua aplicação;
- II. Manter a Instrução Normativa à disposição de todas as Secretarias Municipais, zelando pelo fiel cumprimento da mesma;
- III. Cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa, em especial quanto aos procedimentos de controle e prazos e quanto à padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

CAPÍTULO V
DOS PROCEDIMENTOS
Sessão I – liquidação

Art. 5º. Respeitada a Ordem de classificação dos créditos, será realizada a Liquidação Contábil da despesa, de acordo com o Artigo 63 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 6º. A Ordem Cronológica de exigibilidade das Obrigações financeiras terá início na data do registro contábil da Liquidação da Despesa e será suspensa até que:

- I. Efetuada a Entrega por parte do fornecedor, de toda documentação exigida pelas normas em vigor;
- II. Sanadas as pendências relativas à execução do contrato;
- III. Regularizada qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação, momento em que o fornecedor será reposicionado na ordem cronológica a partir de sua regularização.

Art. 7º. O fiscal do contrato adotará as providências necessárias para concluir a etapa da liquidação com a certificação do adimplemento da obrigação, no período estipulado no instrumento contratual, e ao final atestar a despesa na Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente.

Valdecir Jacob

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por

Heliano Rorinho

Múltiplos signatários

Sebastião Luiz Siller
Controlador Geral
nº 278/2019

em: 15/03/2024 10:15.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE FAZENDA
INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI - 002/2020
VERSÃO - 02

Art. 8º. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser remetida à Secretaria de Fazenda no dia do atesto ou com justificativa, no dia útil imediatamente posterior ao de atesto para a liquidação contábil da despesa.

Sessão II - Pagamento

Art. 9º. Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria nas terças-feiras e quintas-feiras, observada a ordem cronológica das liquidações.

§ 1º. Com exceções de feriados ou relevante interesse público;

§ 2º. Os dias de pagamento deverão obrigatoriamente constar nos contratos firmados à partir da aprovação desse dispositivo legal;

§ 3º. O disposto no artigo não se aplica a pagamento de pessoal.

Art. 10. O pagamento das obrigações contratuais deverá observar a Ordem Cronológica de exigibilidade, relativas ao:

I. Fornecimento de bens,

II. Locações,

III. Realização de obras e

IV. Prestação de serviços e se dará:

a) Por Unidade Gestora;

b) Por Fonte de Recursos;

c) Por data do registro contábil da Liquidação da despesa em sistema informatizado, de acordo com o Artigo 63 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 11. Os credores de contratos a serem pagos com recursos vinculados à finalidade ou despesa específica serão ordenados em listas próprias para cada convênio, contrato de empréstimo ou de financiamento, fundo especial ou outra origem específica do recurso, cuja obtenção exija vinculação

Art. 12. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da Ordem Cronológica.

Art. 13. A quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos somente ocorrerá quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente.

§ 1º. Consideram-se relevantes razões de interesse público as seguintes situações:

I. Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

II. Pagamento à microempresa, empresa de pequeno porte e demais beneficiários do Decreto no 8.538 de 6 de outubro de 2015, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

III. Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

IV. Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de um serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional;

V. Para afastar o risco de prejuízo ao erário, se houver indícios de falsidade ou de irregularidade grave da liquidação da despesa que resulte em fundada dúvida quanto à certeza e liquidez da obrigação de pagar;

VI. Perda da regularidade fiscal após a liquidação da despesa e antes da realização do pagamento.

§ 2º. Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Poder Executivo deverá disponibilizar mensalmente no Portal da Transparência a Ordem Cronológica de Pagamentos, bem como as justificativas que fundamentam a eventual quebra da ordem.

Sessão III — Não se Aplica a Esta Normativa

Art. 14. Não se sujeitarão ao disposto nesta Instrução Normativa os pagamentos decorrentes de:

I. Suprimento de Fundos, assim considerados as despesas realizadas em regime de adiantamento, nos termos do Artigo 68 da Lei Federal nº 4.320/1964;

II. Obrigações Tributárias e Previdenciárias;

III. Sentenças e decisões Judiciais ou Notificações do Tribunal de Contas;

Valdecir Jacob

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por

Sebastião Luiz Siller

Múltiplos signatários

em: 15/03/2024 10:15.

78/2019